

Divida Externa Bresser acha proposta brasileira realista

18 OUT 1990

por José Paulo Vicente
de São Paulo

A proposta brasileira para o pagamento da dívida externa é realista e condizente com a atual situação brasileira. Esse foi o consenso observado ontem durante a apresentação do exemplar de outubro da carta de conjuntura promovida pelo Conselho Regional de Economia (Corecon) de São Paulo.

A carta é assinada pelo ex-ministro da Fazenda e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luiz Carlos Bresser Pereira; pelo secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo; e pelo economista do Banco Central (BC), Eduardo Luis Lundberg.

Bresser Pereira disse ontem que está de pleno acordo com a proposta de securitização da dívida brasileira como um instrumento pertinente para a amortização do débito exterior. O economista, que no governo passado já havia apresentado uma proposta semelhante, calcula que a transformação desse montante atual em bônus brasileiro implicaria uma redução entre 50% e 60% do da dívida externa do País.

Segundo Bresser, isso ocorreria não só pela distensão do tempo de resgate dos títulos — que varia de 15 a 45 anos —, mas principalmente pela redução das taxas de juro que o Brasil estaria disposto a pagar aos credores privados. Esses juros — com exceção

dos títulos de 45 anos — teriam suas taxas abaixo da Libor (taxa do interbancário de Londres), o que ocasionaria como consequência um deságio relativo ao estoque da dívida perto do verificado no mercado secundário.

LINHAS DE CURTO PRAZO

O economista acredita, ainda, que a proposta brasileira inova por proporcionar mecanismos de alívio às linhas externas de curto prazo para os bancos (Projetos 3 e 4).

Bresser afirma que as linhas de crédito comercial (Projeto 3) não devem cair muito se elas se tornarem efetivamente voluntárias. No tocante às linhas de crédito interbancário (Projeto 4), o economista confia nos efeitos da obrigatoriedade de os bancos brasileiros com agências no exterior — através da Resolução nº 1.754 do BC — manterem um patrimônio líquido no estrangeiro de, pelo menos, 25% do portfólio duvidoso de dívida renegociada, principalmente brasileira. É “uma forma eficaz de dar maior garantia aos bancos brasileiros no exterior” disse.

Esse fato poderia promover uma queda das reservas cambiais brasileiras, já que as agências no exterior devem procurar recursos para capitalizar junto a suas matrizes no Brasil. Esse fato não preocupa o ex-ministro pois, segundo ele, “as reservas existem para serem aproveitadas da melhor maneira possível, e essa é uma delas”.